

## 5

### A geração de “Estados frágeis” e sua repercussão

O segundo capítulo procurou mostrar que o tema da chamada fragilidade estatal se ampliou e vem se ampliando consideravelmente, centrando discursos de chefes de Estado, organizações multilaterais, agências governamentais, *think tanks* e acadêmicos. De forma geral, os Estados ditos frágeis são vistos como um desafio global, ao qual todas as nações devem fazer frente com urgência.

Diante desse consenso, a disciplina de RI vem elaborando algumas críticas ao tema, contestando os pressupostos teóricos do termo “Estado frágil” e, também, as práticas propostas para “salvar” esses Estados. Como visto, essas críticas têm se voltado claramente para tarefas distintas e dissociadas: por um lado, para alguns autores, é imprescindível analisar teoricamente em que base se julga o que são “Estados frágeis”, qual é o modelo imposto e o que implica esta imposição (Clapham, 2000, 2004; Grovogui, 1996, 2002; Bilgin & Morton, 2002; Dunn, 2003; Hill, 2005; Pureza, 2006; Hagmann et al, 2009); outros autores se focam em analisar e questionar as ferramentas colocadas em prática para “salvar” Estados ditos frágeis, como ajuda internacional e *state building* (Carment, 2005; Sogge, 2006; Duffield, 2006; Krause e Jütersonke, 2007; CICID, 2007; Stepputat e Engberg-Pedersen, 2008; Mehler, 2009). Dessa forma, identificamos uma clara divisão de tarefas na disciplina de RI quanto ao tema da chamada fragilidade estatal, separando críticos teóricos de práticos, de forma que a significação do termo “Estados frágeis” parece desconexa das propostas de “ajuda” a esses Estados.

Essa divisão, ainda, é fruto de outro lapso da academia: os processos pelos quais o termo “Estados frágeis” é debatido e reproduzido estão dissociados de uma análise das práticas de “salvação” desses Estados justamente porque não há análises de como se dão esses processos de significação. O que esta pesquisa procurou mostrar é que, ao investigar como a concepção do tema se forma constantemente, em rotinas burocráticas aparentemente banais, fica claro que teoria e prática não estão, nem devem estar desconectadas. A dinâmica que embasa esse processo de significação e representação se move pela força do *habitus*, e por esse mecanismo, nem de todo determinista ou liberal, discursos e práticas caminham juntos: como vimos, é “preciso” caracterizar, identificar e

“salvar” “Estados frágeis” – o *habitus* leva a considerações de teoria e prática simultâneas e sempre associadas.

Compreender como é dada significação a uma concepção tão largamente difundida tinha a proposta, ainda, de permitir que uma estrutura de análise de campo levasse a entender melhor, também, quais são os efeitos dessa concepção, ou do campo em si.

Em suma, o que esta pesquisa propunha era fugir à ratificação doxista (Bourdieu, 1992a, p. 214) e enfrentar o tema da chamada fragilidade estatal não como se os Estados ditos frágeis fossem um dado da natureza do sistema internacional, mas reconhecendo neles a dinâmica sociológica do campo, em que a sutileza da violência simbólica impulsiona processos de união e de disputa em torno da significação e da representação de um tema. Essencialmente, é preciso compreender esses Estados como uma construção complexa, por parte de diversos agentes, e com base em processos que não podem ser resumidos à vontade racional particular, nem ao mecanicismo de qualquer estrutura. “A ciência social deve tomar como objeto as operações sociais de nomeação e os ritos de instituição através dos quais elas se realizam” (Bourdieu, 1996, p. 81). Assim, o objeto desta pesquisa se propõe a ser a própria construção do objeto da “fragilidade estatal”, uma análise dos mecanismos que o constituem, entendendo que “nomear” “Estados frágeis” vai além da *doxa* de identificar ameaças globais, caracterizá-las e classificá-las para agir frente a elas: a nomeação do tema passa por processos que não são dados e precisam ser investigados, rompendo com o senso comum, que pressupõe

the coincidence of the objective structures and the internalized structures which provides the illusion of immediate understanding, characteristic of practical experience of the familiar universe, and which at the same time excludes from that experience any inquiry as to its own conditions of possibility (Bourdieu, 1990, p. 20 *apud*, Jenkins, 1992, p. 43).

Indagar sobre as próprias condições de possibilidade do universo familiar consiste na verdadeira pesquisa, porque rompe com o caráter dado das verdades conhecidas e procura compreender o processo pelo qual passam para se estabelecer.

Diante da idéia de ruptura com a *doxa* e da constatação de dois lapsos na literatura que lida com o tema da chamada fragilidade estatal (a divisão entre teoria e prática e o silenciamento diante das condições de origem da concepção de “Estados frágeis”), optei por utilizar o que Leander (2006) chama de abordagem FIHP, apoiada nos conceitos de campo, *habitus* e práticas de Bourdieu para investigar que tipos de violência estão na base da concepção do tema, como essa significação se estabeleceu e por que se caracteriza da forma colocada, quem é autorizado a se posicionar sobre o tema e como se posiciona.

A pesquisa dos capítulos anteriores, baseada nessa abordagem, mostrou, então, que a dinâmica de campo que embasa a significação da “fragilidade estatal” é complexamente composta por diversos agentes de todo tipo, que atuam através de discursos e práticas rotineiros e banais, na constituição do que entendem como a realidade do tema, movidos pela força do *habitus* e, assim, guiados por uma quase-intuição.

## 5.1

### **Capitais e *habitus*: unindo discursos e práticas**

O terceiro capítulo procurou demonstrar os recursos valorizados no campo das agências que lidam com “Estados frágeis”, quais elementos quando acumulados de acordo com certa estrutura concedem voz e posição aos agentes. A análise do campo, nesse sentido, teve a *doxa* como guia, de modo que fossem identificados a *illusio* e o *habitus* do campo, simultaneamente ao estudo dos capitais envolvidos.

A *doxa*, “Os Estados frágeis são um desafio internacional, na medida em que desrespeitam os direitos humanos de suas populações, que vivem em estado calamitoso de miséria, e na medida em que constituem uma ameaça para todos, na forma de exportação de conflitos, terrorismo, problemas ambientais, crises econômicas e/ou doenças, na geração de enormes fluxos de refugiados e/ou na expansão de atividades econômicas ilícitas, como tráfico de drogas”, demonstrada no decorrer do segundo capítulo, nos levou à *illusio* do campo, ao interesse geral por identificar “Estados-problema” e “resolvê-los”. Assim, no terceiro capítulo, procurei analisar quais recursos permitiam aos agentes no campo realizar esse interesse.

Na seção que investiga o campo como campo de forças (3.1), tomei como base o entendimento de Villumsen (2007, 2008) de capitais como recursos seletores de agência (*agency-selecting*), como delimitadores do campo (*boundary-setting*), e assim, como pontos de entrada (*points of entry*) para a dinâmica do campo das agências que lidam com a chamada fragilidade estatal. No campo como campo de força (Bigo, 2005), os capitais em jogo são os recursos valorizados por todos sob a compreensão de que são necessários para jogar. Dessa forma, selecionar capitais relevantes no campo em questão implicou verificar quais recursos eram valorizados por todos os agentes e permitiam que tomassem parte no campo/jogo, com vozes e posições variadas, mas internos aos limites constituídos do campo. Ficou claro que três capitais eram essenciais para que qualquer agente tomasse lugar no campo: social, econômico e científico. São esses capitais que levam os agentes a se unirem em torno da *illusio* principal do jogo, permitindo que sigam o *habitus* do campo. A análise dos capitais valorizados por todos os agentes permitiu, simultaneamente, encontrar em seus discursos e suas práticas, o *habitus* que move o campo, qual seja, o de identificar, caracterizar e “salvar” “Estados frágeis”.<sup>1</sup> Essa é a lógica que os guia em suas atividades burocráticas rotineiras e transnacionais.

A análise dos capitais mostrou que há agentes específicos autorizados (ou com mais autoridade) a se posicionar sobre o tema, que apesar de largamente difundido, se baseia mais fortemente no poder simbólico de uma minoria. Em busca de quais agentes detinham essa autoridade, foi avaliado quais recursos eram mais disputados, anunciados e praticados, levando a resultados mais claros e positivos sobre a concessão de voz. É importante frisar, entretanto, que a análise dessa autoridade não implica afirmar que não há vozes dissonantes no campo: como coloca Bigo (200-), o estudo de campo tem o potencial de evidenciar hierarquias, processos de inclusão e exclusão e distinção entre centro e periferia (p. 8). A abordagem FIHP, ainda que não implique uma completa análise de campo, permitiu aqui mostrar quais recursos concedem voz e autoridade, como essa voz e autoridade são exercidas e quais limitações e oportunidades geram.

O que se demonstrou foi o poder relacional dos capitais social, econômico e científico na determinação desses aspectos, e como mais precisamente é efetuado

---

<sup>1</sup> Ver nota 1 do capítulo anterior.

esse exercício de autoridade, através de discursos e práticas específicas que refletem o *habitus* do campo – “identificar, classificar e ‘salvar’ ‘Estados frágeis’”. Se a abordagem FIHP aqui aplicada, em lugar da análise de campo propriamente dita, não nomeia todos os agentes e não estabelece fórmulas hierárquicas precisas, ela oferece, porém, a possibilidade de compreender quais princípios de poder são seguidos no jogo, logo, quem está dentro e quem está fora. Conforme o poder magnético do campo (Bigo, 2005) se mostra capaz de atrair mais agências e com cada vez maior intensidade, o *habitus* se reproduz em um espaço social cada vez mais amplo e potencialmente autônomo, de forma que fugir ao *habitus* significa afastar-se do centro magnético do campo, mantendo-se excluído ou à margem.

Sendo o foco desta pesquisa especificamente o estudo de como a concepção de “Estados frágeis” ganha significado, e não o mapeamento do campo das agências ligadas ao tema, tornou-se imprescindível avaliar os agentes de maior potencial representativo no campo, de modo a compreender o peso do poder e da violência simbólicos nesse processo de formação de verdades, tal como objetiva a abordagem FIHP (Leander, 2006). Não se quer com isso, entretanto, afastar a participação de outros agentes com autoridade reduzida no campo; ao contrário: o campo é formado por cada um de seus agentes e por todos eles. Não é, contudo, o campo por completo o objeto de estudo desta pesquisa, mas a construção rotineira do significado do termo “Estados frágeis”; e nesse sentido, a pesquisa pôde mostrar, através do processo visivelmente contingente e violento em que se forma e reproduz essa significação, não só os que dele participam, mas indiretamente, os que dele são excluídos. Os agentes à margem do campo ainda o compõem, mas ocupam a base da hierarquia elucidada.

É com isso, por exemplo, que as críticas *externas* mais contundentes ao tema, apresentadas no segundo capítulo, não são retratadas na pesquisa. Falar de “fragilidade estatal” é praticá-la e construí-la de algum modo, de forma que mesmo esses críticos (e a própria autora desta pesquisa) se inserem no campo. O que se vê, porém, é que, enquanto se engajam em lutas simbólicas para reverter o raciocínio em torno do tema, parte de seus argumentos é cooptada pelo *mainstream*, a porção passível de compor o *habitus*. Dessa forma, a idéia geral de historicizar e contextualizar a concepção de “Estados frágeis” e as ferramentas que dela derivam é de certa maneira absorvida, por exemplo, em propostas de

adaptação do modelo de *state building* a realidades locais e de *ownership*. O que pode ser aproveitado para compor o *habitus* de identificar, classificar e “salvar” “Estados frágeis” é cooptado, seguindo a lógica muito própria do mesmo *habitus*, isto é, à parte de projetos ou estratégias, mas seguindo a expansão do campo. O que não pode ser absorvido, a negação da concepção de “Estados frágeis” em si ou sua forte contestação atrelada às práticas que preconiza, é deixado, então, à margem do campo. Assim, a pesquisa apoiada na análise de capitais permite avaliar os recursos valorizados pelos agentes no campo e como se gera e exercita autoridade, mas permite também observar quem está do outro lado desta violência sutil.

### 5.1.1 Da sociabilidade como capital

A análise desses recursos valiosos indicou a relevância do capital social na medida em que proporciona autoridade a quem fala, a quem se coloca sobre o tema da chamada fragilidade estatal. Em um campo de força, falar sobre o tema significa não só emitir provas de conhecimento, mas também de *reconhecimento* dos demais, porque é em havendo um campo delimitado do qual é possível tomar parte que se posicionar nele faz sentido ou se torna uma ambição na lógica do *habitus*. Para que haja esse campo, porém, é sempre necessário reconhecer os agentes que dele fazem parte, de modo que certas práticas e discursos se fazem imprescindíveis, tais como as *citações, relações e conferências*.

O estudo do capital social nesses termos permitiu colocar em prática a investigação relacional defendida por Bourdieu (1992a, p. 74), para quem o campo é o espaço social em que os agentes se relacionam a partir de suas posições objetivas. Mantendo a lógica da análise relacional, o capítulo procurou tratar de um ou outro agente conforme as relações no campo – discursos e práticas – o citavam e acusavam sua importância. É investigando o capital social, então, que esse aspecto relacional do campo se torna mais claro: mostrou-se que os agentes em campo estão em constante contato uns com os outros, diretamente, através de conferências e relações diversas, ou indiretamente, através de citações em publicações e anais de eventos. Essas formas de contato, por sua vez, demonstraram a importância de se considerarem igualmente discursos e práticas,

visto que o acúmulo de capital social não depende somente de enunciar uma relação, mas de praticá-la, à luz da lógica da prática (ver capítulo 2). Essas práticas em torno do capital social puderam ser vistas, por exemplo, na organização de conferências como a *3C Conference* ou o *Senior Level Forum*, eventos cruciais para a publicação de documentos-chave sobre o tema, mas que ocorreram antes, pelo contato direto e troca direta de reconhecimento, desde o convite à efetiva participação. Mais: organizar conferências em si já indica o acúmulo considerável de capital social do agente em questão, capaz de mobilizar a participação de outros agentes e delimitar uma agenda de debate. Assim, organizações como a OCDE, o BM e a ONU se destacam como patrocinadoras e promotoras de eventos extremamente relevantes para o tema dos “Estados frágeis”, em que são elaboradas, por exemplo, algumas das principais diretrizes a serem seguidas pelos agentes do campo.

Ainda, uma forma com que os agentes no campo conseguem acumular capital social é através de apoio direto ao trabalho de outras agências, como ficou exemplificado no caso do DFID. Ser reconhecido como a fonte de apoio e o facilitador de pesquisas sobre “Estados frágeis” serve ao acúmulo de capital social na medida em que coloca certos agentes como centrais no campo. Dessa maneira, o DFID se destaca por apoiar, por exemplo, o trabalho da Stabilisation Unit, do Crisis States Research Centre (CSRC) e do Governance and Social Development Research Centre (GSDRC). A prática do financiamento se torna ainda mais importante quando somada ao entendimento de capital econômico, como veremos adiante.

Ainda seguindo a premissa de um trabalho relacional, observar, por exemplo, a união dos centros CSRC e GSDRC para a publicação de um guia sobre o tema dos “Estados frágeis” implica avaliar a importância da citação como forma de reconhecimento mútuo e acúmulo de capital social. Reconhecer a autoridade de outros agentes sobre o tema é uma prática central no espaço social do campo: uma autoridade só é reconhecida por aqueles capazes de *estabelecer diferença*, ou seja, por aqueles que, em fazendo parte do campo, compartilham sua *illusio* e não são indiferentes, mas dotados de categorias de percepção específicas do campo que o tornam habilitados a notar a distinção (Bourdieu, 2008, p. 23). Portanto, identificar e reconhecer a autoridade de outros agentes é não só se

incluir nos limites do campo, mas se mostrar também detentor das categorias de percepção distintivas de quem é capaz de distinguir.

### 5.1.2 Do valor de dinheiro, tempo e *expertise*

Nesse sentido, outro capital que se mostrou primordial para dar voz e posição no campo foi o econômico, visto por Bourdieu como um dos princípios de diferenciação mais importantes em sociedades “mais desenvolvidas” (Ibidem, p. 19). No campo das agências que lidam com “Estados frágeis”, esse capital se mostrou relevante através do envio de ajuda a esses Estados, de apoio a missões de *state building* e de investimentos em tempo e *expertise* para pesquisas e publicações sobre o tema.

Investigando o acúmulo de capital econômico, é nessa seção que a importância de se analisarem as práticas fica mais clara: para acumular capital econômico, os agentes têm que agir em diferentes frentes, de acordo com a *illusio* do jogo. Assim, a OCDE não atua diretamente, como organização, nos Estados ditos frágeis, mas através dos países que a compõem, sinaliza a considerável soma de recursos do tipo. Para isso, recebe, coordena e gerencia as doações de todos os seus países-membros, por meio da INCAF, e gera publicações frequentes sobre esse fluxo de ajuda internacional, baseadas em pesquisas próprias, como é o caso do *Ensuring Fragile States are not Left Behind* (2010).

Da mesma forma, o BM centraliza algumas doações consideráveis, administradas pelo Fragile and Conflict-Affected Countries Group (OPCFC), e depositadas diretamente no State and Peace-building Fund (SPF). Movimentando em torno de U\$ 80 milhões por mês, o fundo investe em projetos em Estados ditos frágeis (SPF, janeiro de 2010, p. 2). Em menos de um ano, o banco investiu U\$ 964 milhões a esses Estados.<sup>2</sup> Estabelecer um fundo próprio, um órgão que o gerencie e acompanhar o andamento das doações e onde são aplicadas envolve um grande volume de capital econômico, em forma direta de investimentos, ou indiretamente, através de pessoal e tempo dedicado às tarefas específicas de pesquisar, monitorar e publicar conclusões.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://go.worldbank.org/RPX3HTLF40>>. Acesso em: 27 de março de 2010.

Todos esses investimentos refletem uma forte compreensão dos “Estados frágeis” como um “desafio global” que precisa ser resolvido. O *habitus* do campo mobiliza todos os agentes a investir o que podem para definir e “salvar” esses Estados, em nome de preocupações mundiais.

Assim, criar departamentos específicos com recursos próprios para lidar com esses Estados se torna crucial, de modo que o BAD, por exemplo, estabeleceu, em 2008, o Fragile States Facility, e alguns países criaram agências governamentais especializadas em compreender e solucionar esse “desafio global” ou promoveram mudanças em agências já existentes. Com isso surgiram a OCRS, nos EUA, e o START no Canadá, e a USAID e a AusAID sofreram ou estão em vias de efetuar profundas modificações em suas missões e estratégias, voltando-se para lidar de forma mais “profissional” com “Estados frágeis”. Seja na criação ou na modificação de agências governamentais, os recursos investidos são muitos. No caso da OCRS e da USAID, por exemplo, um corpo civil de estabilização foi montado em conjunto, composto por mais de 600 membros e com orçamento inicial de US\$ 140 milhões (OCRS, 2009, pp. 8-12).

A ONU e a UE, por sua vez, apesar de não ligarem suas missões de *peace* e *state building* diretamente ao tema dos Estados ditos frágeis, como visto, são agentes de grande destaque em termos de capital econômico, mobilizando milhões por ano em missões que, objetivamente, se dirigem a Estados de modo geral identificados como frágeis. O PNUD e a Peace Building Commission e as missões com base na ESDP mobilizam, ainda, milhares de soldados em todos esses locais. Somente a missão da UE no RDC, a EUSEC RD-Congo, já custou cerca de EUR 25 milhões (European Union, 2010).

Em uma análise mais indireta, podemos avaliar o capital econômico de alguns *think tanks* no campo através de investimentos em equipe, pesquisa e publicações. O programa do Belfer Center, em Harvard, dirigido por Rotberg e voltado para o tema da chamada fragilidade estatal, tem, como visto, cerca de 40 acadêmicos trabalhando especificamente no Harvard University Failed States Project e em torno de 55 publicações sobre o tema. Números como estes refletem um capital econômico considerável. Talvez não milhões, como de outras organizações, mas investimentos relevantes para o tipo de agência, e ainda mais quando considerados junto a outros capitais, principalmente o científico.

O capital econômico, sem dúvida e como antevia Bourdieu, é essencial para possibilitar o acúmulo de outros capitais. Para citar, é preciso publicar; para se relacionar, é preciso ter o mínimo de autoridade reconhecida, o que advém do capital econômico e do científico; e para organizar e participar de conferências, é preciso não só recursos para infra-estrutura, como também autoridade. É dessa forma que se coloca também o caráter sempre relacional da pesquisa: os capitais precisam ser considerados em conjunto, porque o acúmulo de um permite o acúmulo do outro e porque, ainda, não é somente seu volume que deve ser avaliado, mas sua estrutura. Conforme os capitais de cada agente se estruturam, ele detém mais ou menos autoridade, e pior ou melhor posição no campo, sendo reconhecido por uma capacidade específica – é o caráter *agency-selecting* a que se refere Villumsen (2007, 2008). Ainda que se valorize o capital econômico dos *think tanks*, por exemplo, deles se espera muito mais naturalmente que se coloquem em destaque por meio do capital científico.

### 5.1.3 Conhecimento e tecnologias: profissionalismo

O capital científico, por sua vez, é uma das formas em que fica mais claro o aspecto do campo como campo de forças, como denomina Bigo (2005). Nesse sentido, o campo atrai todos os agentes em torno de um elemento socializador comum, o *habitus*, e os agentes do campo, por meio da impressão de que dominam tecnologias e conhecimento específicos e especiais, se tornam profissionais distintos dos agentes de outros campos. No capital científico está a capacidade de elaborar sobre um tema, de acumular *expertise* e de caracterizar a verdade, a *doxa* do campo. A “autoridade das estatísticas” fala em prol dos agentes do campo, e a “rotina de coletá-las”, decorrente do *habitus* do campo, os torna agentes com mais ou menos autoridade (Ibidem, p. 2).

Seguindo o *habitus* do campo, os agentes procuram identificar, caracterizar e “salvar” Estados ditos frágeis e, para isso, é preciso conhecimento específico sobre o tema. Todo agente tem uma proposta de como definir e de como resolver o “problema”. Esse conhecimento é produzido ou refletido por todos os agentes no campo, que criam classificações próprias desses Estados e fórmulas específicas para lidar com eles. No entanto, no caso de certos agentes, o acúmulo de capital

científico fica mais óbvio, como no caso dos *think tanks*. Foram demonstradas as tecnologias e metodologias desenvolvidas, por exemplo, pelo CIFP e pelo Center for Global Development, para elaborar seus índices, *Country Indicator for Foreign Policy* e *Index of State Weakness*, respectivamente. Cada um desenvolve formas próprias de definir o que são “Estados frágeis” e criam novas classificações variantes, que supostamente capturam melhor – mais científica e objetivamente – as realidades distintas de cada “grupo” de Estados.

Com base nessas ferramentas, cada centro de pesquisa costuma classificar de forma diferente esses Estados, pelo que vimos que em alguns casos, por exemplo, o Sudão e o Iraque estão entre os “piores colocados”, e em outros índices, outros Estados são vistos como merecedores da pior classificação (ver Stepputat e Engberg-Pedersen, 2008). A proposta é sempre desenvolver ferramentas mais objetivas e fáceis de manusear aos políticos, e esperar que o “problema” dos Estados ditos frágeis seja, então, mais bem endereçado.

Outros agentes também procuram organizar formas “melhores” de se compreender e tratar o tema dos “Estados frágeis”, igualmente através de esquemas classificatórios, mas de forma menos “tecnológica”. O BM, por exemplo, propõe uma classificação em quatro etapas: situações de deterioração; crise prolongada ou impasse; pós-conflito ou transição política; e melhora gradual (BM, 2005, vii). Essa categorização é mais substantiva e menos formalista que a dos índices da CIFP e do Center for Global Development, mas também se propõe a definir e caracterizar esses Estados. Os índices e as classificações, de maneira geral, são uma ferramenta teórica, baseada em práticas científicas rotineiras dos centros de pesquisa no campo. O tema da chamada fragilidade estatal envolve um *habitus* que se presta a classificações com aspecto de objetividade profunda: mais do que simplesmente teorizar sobre o tema em texto simples, os *think tanks* no campo exibem práticas específicas do jogo. Essas ferramentas de esquematização refletem uma *illusio* própria do campo de racionalizar a “ameaça global”, possibilitando a geração de respostas mais focadas e contundentes.

Como o *habitus* não leva apenas à definição e à caracterização dos Estados ditos frágeis, essas respostas também são sempre redefinidas. A OCDE, por exemplo, elaborou o que são vistos como alguns dos princípios básicos para lidar com “Estados frágeis”, o *Principles for Good International Engagement in*

*Fragile States and Situations*, de 2007. Não se retendo a essa formulação, a organização ainda realiza monitoramentos anuais para verificar se a comunidade internacional está respeitando esses princípios. No relatório de 2010, a OCDE usou as avaliações “fraco”, “moderado”, “misto”, “moderado e melhorando” e “bom de modo geral” para classificar a prática dos dez princípios estabelecidos. As classificações de basearam em pesquisas junto a seis “Estados frágeis”, Afeganistão, República Centro Africana, RDC, Haiti, Serra Leoa e Timor Leste (OCDE, 2010). A teoria da OCDE sobre como lidar com “Estados frágeis”, portanto, é indissociável de suas práticas de coleta de dados, de formação de equipes nacionais especiais e de publicações de resultados. Tanto os princípios, como suas classificações quanto à aplicação indicam o acúmulo de capital científico, na medida em que procuram gerar e reproduzir conhecimento específico sobre o tema; neste caso, especialmente sobre a “salvação” de Estados ditos frágeis.

Todos os agentes se engajam em atividades parecidas: o BAD criou formas de financiamento especiais para Estados ditos frágeis, incorporadas em sua recente Fragile States Facility (BAD, 2008). A USAID, o START, a OCRS e a Stabilisation Unit contam com um corpo civil próprio para atuar nesses Estados e produzem documentos constantes com base em sua experiência, para definir quais princípios devem guiar seu trabalho (USAID, 2005; START, 2008; OCRS, 2009).<sup>3</sup> Novas estratégias são propostas constantemente, baseadas em pesquisas sobre quais “Estados frágeis” representam um desafio maior e, ao mesmo tempo, mais viável para o agente em questão.

A compreensão do campo como campo de força procurou, então, reunir todos os aspectos que atraem os agentes no campo em torno de um mesmo *habitus* e refletindo uma mesma *doxa*. O *habitus*, como elemento socializador do campo (Bigo, 2005, p. 3), reúne os agentes em torno da “necessidade” de definir, identificar e “salvar” Estados ditos frágeis, e os recursos que permitem se voltar para essas práticas são os capitais no campo, social, econômico e científico. Analisando esses três capitais, a pesquisa mostrou que teoria e prática não só podem ser analisadas em conjunto, mas como necessariamente são indissociáveis.

---

<sup>3</sup> Ver também: <<http://www.stabilisationunit.gov.uk/index.php/newsroom/news-archive/216-mike-foster-to-be-checked-against-deli>>. Disponível em: y>. Acesso em: 4 de abril de 2010.

As propostas para definir teoricamente “Estados frágeis” não podem ser separadas, por exemplos, das práticas relacionadas ao capital social no campo, isto é, da organização das conferências em que todos os agentes no campo se relacionam, reconhecem sua autoridade, a demonstram e discutem o tema; das citações em eventos e publicações, que envolvem a prática de pesquisar as principais fontes do tema e averiguar seu peso; e das relações sociais em si, que delimitam um campo com sua própria lógica, o que, e somente o que, permite que o tema sequer exista como fato em torno do qual debater.

Ainda, teorizar sobre a “fragilidade estatal” e identificar esses Estados implica investimentos, envolve práticas muito particulares do *habitus* desses agentes: formar equipes especializadas de trabalho, criar agências também especializadas, treinar pessoal, entrevistar pessoas, elaborar publicações e investir em *expertise*, na forma de análise de material e troca de idéias. Orçamentos vão além dos discursos. Estão nos recursos humanos – profissionais –, nos desprendimento de tempo e na ação direta *in loco*, gastos nem sempre objetivamente anunciados em termos de capital econômico.

O capital científico, por sua vez, tão central à dinâmica do campo das agências que lidam com Estados ditos frágeis, é acumulado na forma de conhecimento específico sobre o tema, o que é conseguido e demonstrado através das teorias analisadas e expostas sobre o que são e quais são esses Estados e, também, através das próprias práticas de classificação. Coletar e ordenar estatísticas, estabelecer padrões de julgamento e publicar classificações na forma de índices “extremamente objetivos e científicos” são práticas essenciais ao jogo. Se o *habitus* leva todos os agentes a buscar identificar, definir e “salvar” “Estados frágeis”, classificá-los seria uma forma de não só caracterizá-los muito especificamente, mas de estabelecer “prioridades” com que se trabalhar.

#### 5.1.4

#### ***Habitus*: disposições duráveis e ajustáveis<sup>4</sup>**

A idéia de *habitus*, como parte da abordagem FIHP, é de extrema importância para a pesquisa. Ainda que, metodologicamente, não seja tão útil quanto o conceito de capital – pelo que segui a proposta metodológica de

---

<sup>4</sup> Bourdieu, 1990, p. 96.

Villumsen (2007, 2008) -, é imprescindível para compreender a relevância das práticas, sempre associadas aos discursos dos agentes em campo. O *habitus* é o que permite a ratificação da *doxa*, de uma verdade, e portanto, de um discurso específico; entretanto, é essencial analisar o papel do *habitus* na produção das práticas no jogo.

Para Bourdieu, o campo está profundamente enraizado em um entendimento da história objetiva do coletivo (1980, pp. 91-96). O *habitus* é o reflexo dessa história comum inculcada na subjetividade de cada agente, de forma que um senso comum os guia, trazendo para o presente de forma não refletida, nem irracional, as experiências do passado. Assim, o *habitus* tende a reproduzir a estrutura objetiva através da incorporação de categorias de percepção, de esquemas de percepção e de ação, que acabam por garantir certa homogeneidade de práticas e a constância dela através do tempo (Ibidem, p.91).

*o habitus (...) opera a reativação do senso objetivado nas instituições: produto do trabalho de inculcação e de apropriação que é necessário para que esses produtos da história coletiva que são as estruturas objetivas venham a se reproduzir sob a forma de disposições duráveis e ajustadas que são a condição de seu funcionamento, o habitus, que se constitui no curso de uma história particular, impondo sua lógica à incorporação (Ibidem, p. 96. Tradução livre).*

Como uma variação particular da história coletiva, o *habitus* reflete também a trajetória de cada agente e sua posição específica no campo – determinada por seus capitais. Assim, apesar de guiar o campo no sentido do senso comum, concede liberdade aos agentes, uma liberdade de pensamento, decisão e ação, porém, constituída nos limites do campo, pela força da inculcação da estrutura objetiva, e assim, limitada pelo campo. Bourdieu explica o *habitus*, então, como “princípio gerador constituído de improvisos regrados” (Idem) - entre o objetivo e o subjetivo, o meio-termo a que Jenkins faz referência (1992, p. 30).

O *habitus*, entendido como disposições, é o que se encontra entre a posição de um agente e o campo da tomada de posição (Bourdieu, 1992a, p. 83; 2008, p. 21), de modo que é produto da estrutura objetiva em que se encontram determinadas as posições de todos os agentes segundo seus capitais, mas é também o que, subjetivamente, se transforma no produto dessas posições, as práticas (Bourdieu, 1992, p. 101). Assim, as práticas dos agentes se apresentam

sob certa homogeneidade, mas variam de acordo com a combinação de determinações objetivas e histórias e trajetórias particulares. De forma geral, um campo é visto como o espaço social onde diversos agentes pensam, decidem, julgam e agem de maneira muito semelhante quanto à *doxa* específica deste campo:<sup>5</sup>

In reality, the dispositions durably inculcated by the possibilities and impossibilities, freedoms and necessities, opportunities and prohibitions, inscribed in the objective conditions (...) generate dispositions objectively compatible with the conditions and in a sense pre-adapted to their demands. The improbable practices are therefore excluded, as unthinkable, by a kind of immediate submission to order that inclines agents to make a virtue of necessity, that is, to refuse what is anyway denied and to will the inevitable (Bourdieu, 1990b, p. 54).

Ainda, em sendo o *habitus* a incorporação da história objetivada, as práticas por ele produzidas parecem acordadas segundo uma norma, mas para além de qualquer cálculo estratégico ou de qualquer referência consciente, e sem qualquer forma de concertação explícita (Bourdieu, 1980, 98). Dessa forma, o *habitus* economiza intenções e a busca por objetivos inconfessáveis (Ibidem, p. 97; Bourdieu, 1990b, p. 58; Bourdieu, 2008, p. 146). Assim, a análise de discursos e práticas conjuntamente se torna uma busca por compreender um processo de significação e representação sem análises que se voltem para intenções e estratégias veladas. A *doxa* guia a pesquisa justamente na medida em que se procura desmistificá-la. Evidenciando-se o caráter contingente e violento dos processos que levam à *doxa*, mostra-se também que esses aspectos são sutis, introduzidos na forma de agir e pensar dos agentes do campo, de modo que fazem parte de sua rotina burocrática, mas de modo menos mecânico ou economicista do que se pode pensar.

## 5.2 Batalhas dóxicas e classificações

Apesar da união em torno de um *habitus*, o capítulo anterior também procurou mostrar que os agentes no campo estão em constantes disputas em torno

---

<sup>5</sup> Os agentes podem agir de forma variada em outras circunstâncias, seguindo o *habitus* de outros campos em que também estão inseridos. (Leander, 2006, p. 15). Por isso, a análise de um campo é sempre o estudo de um dado momento, de certa condição de distribuição de capitais (Bigo, 2005, p. 16).

da *illusio* do jogo e da caracterização da *doxa*. Essas disputas evidenciam outro caráter dos capitais para o qual Villumsen (2007, 2008) chama atenção, o de sua mobilização. Para além do acúmulo de capitais, o que concede posição e voz a um agente é também sua capacidade e habilidade para mobilizar os capitais que possui, o que é feito através de práticas e discursos.

Essa mobilização não se dá de forma ostensiva, porém, mas através do que Bourdieu denomina violência simbólica, aquela que é exercida com a cumplicidade da vítima, via o reconhecimento da autoridade de quem enuncia e com a naturalidade de um enunciado que se aproxima da objetividade do grupo (Bourdieu, 1992, pp. 123 e 142; 1996, p. 111). Assim, essa forma de violência é aquela que é “mal-reconhecida” como tal (Idem) e exerce seu poder justamente pela sutileza de suas formas: “(d)e todas as formas de ‘persuasão clandestina’, a mais implacável é aquela que é exercida simplesmente pela ordem das coisas” (Ibidem, p. 143. Tradução livre).

A violência simbólica via mobilização de capitais é o que mantém o campo em constante movimento, um espaço social de lutas constantes, o campo como *campo de lutas* (Bigo, 2005). Os agentes disputam por melhores posições no jogo, por mais capitais e mais voz, mas sempre através da sutileza da violência simbólica, e nunca em embates diretos. A posição objetiva de um agente e sua trajetória até ela influenciarão seu *habitus* e a forma como agirá no campo: se para manter sua posição e a ordem das coisas, ou para modificá-las de certo modo.

Segundo Bourdieu, as lutas simbólicas – ou batalhas dóxicas (Villumsen, 2008) - atuam em duas formas: *objetivamente*, em batalhas de demonstração de força, para *representar* a realidade; e *subjetivamente*, em lutas para modificar categorias de percepção e avaliação, de forma a modificar a visão de mundo e exercer a força da teoria, *significando* a realidade (1990a, p.135). Tanto em um, como em outro caso, discurso e prática caminham juntos na mobilização de todos os capitais, bem como os aspectos objetivo e subjetivo das batalhas dóxicas.

A OCDE, por exemplo, reforça e evidencia seu capital social e econômico através da organização de conferências como a *3C Conference on Improving Results in Fragile and Conflict Situations*, em 2009, mas também mobiliza capital científico considerável ao liderar a formulação dos *Principles*, que guiam a atuação de toda a comunidade internacional na atuação em Estados ditos frágeis.



representação, mas também busca ter seu próprio impacto sobre como o tema é pensado.

O CIFP e o Center for Global Development, por sua vez, buscam<sup>7</sup> esse impacto de forma mais tecnológica, através de esquemas classificatórios mais “rebuscados” que as definições substantivas do Berlfer Center, do BM ou da USAID, por exemplo. Como vimos, todas as agências procuram, através da mobilização de capital científico, influenciar como serão definidos, identificados e “salvos” os “Estados frágeis”, seguindo o *habitus* do campo. Dessa forma, todas desenvolvem teorias, denominações e fórmulas próprias; no entanto, algumas levam essa “produção de conhecimento” ao extremo da aparência de cientificismo e objetividade, criando índices de “Estados frágeis”, como é o caso do *Country Indicators for Foreign Policy* e do *Index of State Weakness*. Como o capítulo anterior procurou ilustrar, os métodos utilizados para esses *rankings* variam e se propõem a ser mais eficientes do que os demais, apesar de reconhecer a autoridade de outras classificações e agências. Reconhecer o outro é uma forma de reconhecer o sentido de seu próprio papel no tema. Assim, esses centros costumam se citar mutuamente, mas sempre com a proposta de ir além e criar ferramentas mais úteis e práticas: classificar passa a ser uma prática comum.

A classificação em si, é vista por Bourdieu, como inerente ao capital simbólico em um campo. Ter poder, autoridade e voz leva a querer nomear o mundo, definir a verdade (1996, p. 81); e por sua vez, classificar também concede poder, afinal, só classifica/diferencia quem detém as categorias apropriadas de percepção.

No campo das agências que lidam com a chamada fragilidade estatal, a importância da classificação é patente: distinguir “tipos de Estados”, definir quais são “mais” ou “menos frágeis” é o mínimo para chegar a “salvá-los”. Assim, índices e outras formas menos esquemáticas de classificação de “Estados frágeis” são freqüentes entre os agentes desse campo, uma prática da qual todos participam, de uma forma ou de outra. O *habitus* como estruturado por e estruturante das práticas e das percepções das práticas, leva a que a prática de classificar seja primordial para fazer frente ao “desafio global” da “fragilidade estatal”; e mais, guia a percepção de todos os agentes sobre os demais: mostrar-se

---

<sup>7</sup> Na lógica do *habitus*.

capaz de estruturar o conhecimento sobre o tema em torno de esquemas classificatórios indica capital relevante.

Diante da expansão do tema, esses índices não se restringem a uma ferramenta teórica, e cada vez mais, guiam a percepção sobre o próprio fato, fazendo com que a gradação de Estados não seja uma construção científica rotineira, mas uma realidade dada do sistema internacional: “alguns Estados são bem sucedidos; outros, são frágeis. Entre uns e outros, há diversas classificações possíveis”. Quando se diz “este Estado é mais frágil do que o outro”, o senso comum faz com que a frase predicativa se transforme em uma proposição existencial: “‘Estados frágeis’ (e derivados) existem”, são um dado da realidade internacional atual, e ao cientista cabe apenas analisá-lo (Bourdieu, 1990a, p. 85).

O que esta pesquisa procurou evitar, no entanto, foi justamente essa ratificação do senso comum, tomar como dado o que a ciência/teoria é responsável não só por caracterizar, mas por construir em si mesmo. O objetivo foi demonstrar que a significação do termo “Estados frágeis” é fruto de uma dinâmica de campo que se apóia em homogeneidade tanto quanto em violência simbólica: é o entendimento do que está em jogo e de que vale a pena jogar que une todos os agentes em um campo, mas é também esse entendimento comum que leva a disputas constantes, inerentes a esse espaço social. Antes (ou em vez) de ser um dado do sistema internacional, os “Estados frágeis” são construídos e significados no dia-a-dia de profissionais de um campo específico, que utilizam ferramentas especiais e tecnologias próprias para produzir o que o campo os faz ver como já existente. É por ser fruto da objetividade inculcada que o *habitus* produz práticas homogêneas, não “improváveis”, e categorias de percepção que, advindas da estrutura objetiva, vêm um mundo de senso comum. Quanto mais próximo da “realidade” dos agentes, mais verdadeiro parece um enunciado: “As distinções socialmente mais eficazes são aquelas que parecem se fundar em diferenças objetivas” (Bourdieu, 1996, p. 100). Daí que os índices, tão tecnológicos e rigorosamente coerentes em sua metodologia, refletem uma realidade que eles próprios criam, sem intenção, estratégia ou mecanicismo – pela força do *habitus*, pelas práticas e pelos discursos.

A pesquisa com base na abordagem FIHP se mostrou “good for questions about why inter-subjectively shared understandings look as they do and by what

processes they are established or finally and how they change in time” (Leander, 2006, p. 3). A significação dos “Estados frágeis” é rotineira, banal e baseada tanto em acordos desprovidos de concertação estratégica e orientação determinista, quanto em embates sutis essenciais para a dinâmica de campo. Os “Estados frágeis” são constantemente significados.

Our perception and our practice, especially our perception of the social world, are guided by practical taxonomies (...), and the classifications produced by these taxonomies owe their effectiveness to the fact that they are ‘practical’, that they allow one to introduce just enough logic for the needs of practical behavior, neither too much - since a certain vagueness is often indispensable, especially in negotiations - not too little, since life would then become impossible (Bourdieu, 1990a, p. 73).

As classificações impõem a lógica do campo tanto quanto são impostas por ela, por constituírem uma necessidade do *habitus* e um reflexo da *doxa*. “O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão” (Bourdieu, 1996, p. 108). Esses princípios, ancorados na violência simbólica, refletem um poder de *worldmaking*, de revelação e construção (Bourdieu, 1990a, p. 137; 1996, p. 110). O acúmulo e a mobilização de capitais por parte de agentes de diversas origens em um mesmo campo viabilizam as lutas simbólicas que vão ancorar todo o conhecimento sobre o tema.

Assim, a ciência que pretende propor os critérios mais bem fundados na realidade deve procurar não esquecer que ela apenas registra um *estado* da luta entre classificações, ou seja, um estado da relação das forças materiais ou simbólicas entre aqueles envolvidos com um ou outro modo de classificação, os quais frequentemente invocam, à maneira do que faz a ciência, a autoridade científica para fundar na realidade e na razão o recorte *arbitrário* que pretendem impor (Bourdieu, 1996, p. 110).

O campo das agências que lidam com “Estados frágeis” reflete a realidade que essas criam e gera também a necessidade de responder a ela. A força da *doxa* e do *habitus* se torna tal que “Estados frágeis” não só existem, mas são um desafio que precisa ser enfrentado.

Ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, o efeito simbólico exercido pelo discurso científico é tanto mais inevitável quanto, em meio às lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento, os chamados critérios “objetivos” (...) são utilizados como armas (Ibidem, p. 113).

Assim, um efeito do campo é que essa necessidade de “salvar” Estados falidos atrai também agentes do campo maior da ajuda internacional em torno de um entendimento complexo do “desafio da fragilidade estatal” que abre espaço para diversos tipos de agências.

### 5.3 Os efeitos do campo:

Seguindo a proposta metodológica de Bigo (2005), a última etapa da pesquisa realizada no capítulo anterior se voltou para os efeitos do campo, uma análise do campo como *campo de dominação*. Esta seção permitiu refletir sobre o *habitus* e sobre a dinâmica de campo em si, sobre como esses elementos geram efeitos não-intencionais que reverberam sobre os próprios agentes e sobre outros. Em lugar de se voltar para a busca de intenções por trás das práticas e dos discursos dos agentes ou de rediscutir infinitamente em torno das possibilidades de “salvação” desses Estados, esta pesquisa procurou unir teoria e prática para entender como se forma constantemente o tema da chamada fragilidade estatal e como tem repercussões e considerações que se voltam sobre essa mesma dinâmica de geração, sem refletir projetos particulares ou determinismos econômicos.

Levando em consideração, ainda, a reflexão de Villumsen (2007, 2008) sobre o papel da ciência na formação de verdades e sobre a reverberação dessa dinâmica em efeitos não-intencionais, a pesquisa se dedicou a investigar alguns dos principais efeitos do campo das agências que lidam com “Estados frágeis” sobre seus agentes e sobre o campo maior da ajuda internacional. Entre esses efeitos, vimos que há dois principais: mudança na natureza mesma dos agentes envolvidos, que passam a centrar sua razão de ser na “necessidade” de lidar com esse “desafio global”; e a união de três temas relevantes na política internacional, desenvolvimento, humanitarismo e segurança.

Vimos também que esses efeitos agem uns sobre os outros, de forma que não se pode determinar elementos desencadeadores originais ou um momento de início dessas mudanças. Como parte da própria natureza do campo, a realidade é relacional: conforme mais agentes entram no campo, mais se expande a caracterização da *doxa*, acompanhando as novas “especialidades”; e conforme

mais se expande essa caracterização, de forma a englobar os três temas citados, mais o campo atrai outros agentes ou modifica os já existentes.

A seção referente ao campo como campo de dominação apresentou uma ordem cronológica para exemplificar como os efeitos do campo foram surgindo e se propagando, porém a intenção da pesquisa não era oferecer uma genealogia da união dos três temas, nem da origem da preocupação com “Estados frágeis”, como foi explicado. De fato, o segundo capítulo procurou deixar claro que, com a aplicação da abordagem FIHP, não se efetuará uma pesquisa de campo em si (bourdieuniana), mas buscar-se-ia, como propõe Bigo (2005), *exemplificar* o que mantém o campo unido, o que causa disputas, quais são os efeitos e os limites do campo. Assim, exemplificar os elementos do campo das agências que lidam com “Estados frágeis” não é tampouco uma proposta de explicar como surgiu o campo, mas de demonstrar sua relação com outros campos – no caso, o da ajuda internacional -, para avaliar alguns de seus impactos e a influência da *doxa* que se propõe desconstruir. Mais importante, portanto, a exemplificação já corresponde à proposta de romper com a *doxa* e ao objetivo da abordagem FIHP de analisar processos de significação e representação, levando em consideração a violência simbólica que lhes é inerente (Leander, 2006).

Desse modo, os efeitos do campo foram sendo demonstrados relacional e temporalmente: ficou clara a importância do marco inicial colocado para esta pesquisa, e ficou evidente que os atentados de 2001 contribuíram para que o foco em “Estados frágeis” alcançasse proporções maiores e mais intensas. As agências que foram formando o campo refletiam uma relação entre sua criação/transformação e o evento dos ataques nos EUA, e ao mesmo tempo, um vínculo já ia surgindo entre desenvolvimento, humanitarismo e segurança, através do entendimento de que “Estados frágeis” poderiam ser um local propenso a redes terroristas.

O que vimos foi que, conforme o tema como um todo ganhou força na academia, entre profissionais e políticos, as agências que lidavam mais indiretamente com os “Estados frágeis” foram tornando este o foco de sua atuação, através da criação de novos departamentos ou grupos de trabalho, da elaboração de publicações especializadas ou da organização de eventos específicos para debater a chamada fragilidade estatal. Assim como Bigo (2005)

observa no campo de (in)segurança europeu, vemos que “the systems of representation belonging to agents who previously did not share these systems converge, due to their shared interest in entering into the struggle to define and prioritize” (“Estados frágeis”) (p.12).

O importante ao avaliar o campo como campo de dominação, portanto, era compreender como a própria razão de ser de seus trabalhos foi se orientando para um entendimento de que “Estados frágeis são um desafio global e devem ser definidos identificados e ‘salvos’”, um efeito de convergência que acabou por atrair grandes agências do campo da ajuda internacional. Ainda, essa convergência e homogeneização se deram através da união de desenvolvimento, humanitarismo e segurança, temas que reuniam e reúnem uma grande gama de agências de ajuda internacional; e, como visto, simultaneamente, foi a presença no campo de agências de diversas origens que contribuiu para essa expansão de elementos a considerar.

Como a USAID deixa claro, a *U.S. National Security Strategy*, de 2002, foi crucial para a difusão do entendimento de que a comunidade internacional precisaria agir em três eixos (os “3Ds”): diplomacia, defesa e desenvolvimento (2005, p. v). O documento unia claramente pobreza e terrorismo - “A world where some live in comfort and plenty, while half of the human race lives on less than \$2 a day, is neither just nor stable (...) America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones” (2002, pp. 21 e 1). Essa idéia se tornou base não só para a USAID, mas para diversas agências de ajuda internacional no mundo todo e se refletiu em documento semelhante por parte da UE. Na *European Security Strategy*, de 2003, ficava claro que a *doxa* do campo se expandia e que novas propostas surgiam para lidar com “Estados frágeis”, envolvendo mecanismos variados: “‘military instruments’, ‘humanitarian [aid]’, ‘economic instruments and civilian crisis management’ to stabilise and rebuild ‘failed states’” (p. 15).

Sob forte influência, então, em 2003, a OCDE deu início a debates que culminaram com a criação do Fragile States Group (FSG). Os resultados das pesquisas realizadas pelo grupo foram levados ao *Senior Level Forum*, em 2005, e influenciaram a elaboração do rascunho do *Principles*, publicado mais tarde, em 2007. Um dos dez princípios estabelecidos pelo documento como guia para a

atuação da comunidade internacional em “Estados frágeis” demandava: “Recognise the links between political, security and development objectives”; e a organização frisa: “The challenges faced by fragile states are multi-dimensional. The political, security, economic and social spheres are inter-dependent” (OCDE, 2007, p. 2). Ainda, a OCDE criou, em 2009, a INCAF (International Network on Conflict and Fragility), que “brings together experts from governments and international organisations on issues of peace, security, governance and development effectiveness”.<sup>8</sup>

Em 2005, a ONU criou também um departamento voltado para as missões de *peace building*, a Peace Building Commission, em grande parte apoiada no importante documento *In Larger Freedom*, onde a agência, que não lida diretamente com o tema da “fragilidade estatal”, reconhece, porém, os “Estados frágeis” como um dos grandes desafios do milênio. Ainda, apoiando-se em sua legitimidade internacional em temas de segurança, desenvolvimento e direitos humanos, se coloca como um organismo com um fardo especial (ONU, 2005, p. 6).

De maneira geral, o ano de 2005, como visto, demonstrou como a dinâmica do campo se auto-alimenta, e conforme cresce a influência da *doxa* e do *habitus*, mais agências se voltam diretamente para o tema da fragilidade estatal. Assim, este foi o ano, por exemplo, em que o DFID publicou seu *Why We Need to Work More Effectively in Fragile States*, e o BM lançou o *Fragile States – Good Practice in Country Assistance Strategies*. Os documentos serviram como forma de auto-organização dessas agências e como forma de se posicionar no campo diante de um tema que ganhava cada vez mais força. Ambos os textos tratam dos “Estados frágeis” como uma questão de pobreza, direitos humanos e segurança local, regional e internacional (DFID, 2005; BM, 2005).

A OCRS, criada em 2004, a USAID, com seu *Fragile States Strategy*, de 2005, e o START criado nesse mesmo ano indicam como a expansão do tema e do entendimento da multiplicidade de ferramentas necessárias para “salvar” Estados ditos frágeis atraíram novos agentes para o campo. Essas agências, sua criação ou modificação, são um efeito do campo, nem intencional, nem

---

<sup>8</sup> Disponível em:

<[http://www.oecd.org/document/57/0,3343,en\\_2649\\_33693550\\_42113657\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/57/0,3343,en_2649_33693550_42113657_1_1_1_1,00.html)>.  
Acesso em: 13 de abril de 2010.

completamente irracional, mas causado pela força do *habitus*, que ao englobar esses agentes, expandiu a força de atração do campo, e ao expandi-la, reuniu novos agentes e temas.

Nesse sentido, as práticas de todos esses agentes, com uma reestruturação, a elaboração de publicações, a organização de eventos, o estabelecimento de novos grupos de trabalhos e departamentos especializados, expandiram a significação do termo “Estados frágeis”, de modo que este alcançou novas fronteiras geográficas e, também, novos limites teóricos. Foram esses novos limites teóricos, por sua vez, que trouxeram ao campo agentes antes afastados do tema, revelando o que Villumsen denomina “efeitos estruturantes da ciência sobre a realidade social” (2007, p. 418). Os Estados ditos frágeis passaram não só a existir, mas a existir como uma ameaça complexa, em termos de desenvolvimento, humanitarismo e segurança. Uma análise dos efeitos do campo, portanto, permite compreender as implicações da significação do tema e demonstram, ainda, a necessidade de se considerarem práticas e discursos de forma indissociável. Ambos são fruto do *habitus* e de suas “improvisações regradas” (Bourdieu, 1980, p. 96). Ainda, a análise desses efeitos permitiu verificar mais uma vez o caráter dinâmico e contingente da construção de “Estados frágeis”, demonstrando que sua significação é constantemente elaborada, longe de corresponder a um dado do sistema internacional.

#### **5.4 Análise da proposta**

O segundo capítulo estabeleceu os parâmetros desta pesquisa e o que se pretendia compreender com sua realização. A pergunta de partida era “*como é dado significado ao termo ‘Estado frágil’?*” e para ela, foram delimitadas duas hipóteses. Primeiramente, colocava-se: o termo “Estado frágil” ganha significação em dinâmicas rotineiras, através de *práticas e discursos/teoria* que não são nem objetiva, nem subjetivamente constituídos, mas que fazem parte de uma dinâmica de campo. Para isso, propunha-se averiguar, através de capitais, *habitus* e práticas, como a *doxa* se formara, quais elementos tinham convergido e como para torná-la uma verdade. A idéia era tomar como base a abordagem FIHP (Leander, 2006), adaptando-a ao entendimento de Villumsen sobre capitais em um campo (2007,

2008) e à compreensão de Bigo sobre as dimensões em que um campo deve ser avaliado (2005). A primeira seção do terceiro e do quarto capítulos (3.1 e 4.1) levaram à comprovação da primeira hipótese pela análise do campo das agências que lidam com “Estados frágeis” como baseado em uma dinâmica que significa “Estados frágeis”, tanto quanto os cria, pela força do *habitus* e da violência simbólica. Essas seções seguiram o esquema proposto e incluíram um entendimento de capitais como acumuláveis e mobilizáveis, em um estudo que considerava o campo como campo de forças e como campo de lutas.

A segunda hipótese pressupunha: “agências tradicionais do campo da ajuda internacional estão modificando sua estrutura e sua ‘missão’ para se dedicar abertamente ao tema dos ‘Estados frágeis’”; e como sub-hipótese, estabelecia: “essa vinculação cada vez mais frequente entre ajuda internacional e ‘Estados frágeis’ se dá através da conexão entre três temas fundamentais, quais sejam, segurança, humanitarismo e desenvolvimento”. Para analisar essa hipótese, era proposto o estudo do campo como campo de dominação, tal como denominado por Bigo (2005). Nessa seção (4.2), foi avaliado como as agências, principalmente do campo da ajuda internacional, foram atraídas cada vez mais para o campo e se voltaram especificamente para o tema, criando departamentos especiais, organizando eventos e elaborando publicações especializadas. Ainda, esse efeito foi vinculado a outro, o da união entre desenvolvimento, humanitarismo e segurança em torno da chamada fragilidade estatal, um vínculo, porém, sem origem, sem causalidade específica, e sem intenções ou determinismos – criado pela força do *habitus* e pela dinâmica do campo.

Com isso, acredito cumprir com os dois objetivos principais e o objetivo secundário colocados: não só compreender as práticas de “salvação” dos Estados ditos frágeis, questionando sua eficiência e seu foco, por exemplo, mas compreender as práticas e os discursos que geram a significação desse termo; unir teoria e prática nessa compreensão da geração do tema, introduzindo um entendimento das práticas como objeto de estudo e do lado prático da teoria, capaz de gerar significações e “criar a realidade”; e compreender quais são as implicações do uso do termo “Estado frágil” para a ajuda internacional; e analisar como a abordagem FIHP poder ser útil na disciplina de Relações Internacionais, trazendo para análise, questões do dia-a-dia e práticas burocráticas.

Ainda, me servindo da reflexividade proposta por Bourdieu e em que se baseia a abordagem FIHP (2006), friso minha compreensão de que, ao analisar o tema da chamada fragilidade estatal, mesmo de um ponto-de-vista diverso, me insiro de certa forma no campo; mas entendo também, como Leander (2006), Villumsen (2007, 2008) e Bourdieu, que não há um lugar de fora de onde se observar a dinâmica de campo e a reflexividade e o olhar autocrítico são as melhores opções disponíveis. Como afirma Bourdieu:

Not only can habitus be practically transformed (always within definite boundaries) by the effect of a social trajectory leading to conditions of living different from initial ones, it can also be *controlled* through awakening of consciousness and socioanalysis (1996, p. 116).

A proposta, então, passa a ser romper com o senso comum e atentar para a complexa construção em campo de significações e representações, entendendo que nem uma, nem outra, é fruto natural do sistema internacional, nem um consenso pacífico intencional ou objetivamente determinado, mas efeito da violência simbólica em que todos os agentes em um campo se inserem. Assim, os “Estados frágeis”, antes de existirem, são uma construção elaborada que se processa no dia-a-dia em práticas burocráticas rotineiras e banais.